

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
N. 154.2018.066

Durante a análise do PC 063.2017 e dos documentos encaminhados pela 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Infracional ao Ministério Público de Contas, constatou-se a possível ocorrência de dano ao erário e de irregularidades na execução de serviços de reparos preventivos e corretivos dos prédios públicos da Secretaria de Defesa Social, dentre os quais encontram-se os centros socioeducativos de Belo Horizonte. Noticiou o Ministério Público do Estado de Minas Gerais a contratação da Eficiência Construtora Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de reparos necessários em centros de internação, pelo contrato n. 016/2015 e contratações posteriores com a mesma sociedade, sem que as deficiências apontadas e outros reparos fossem resolvidos definitivamente, “em flagrante desrespeito ao princípio da eficiência dos gastos públicos, da continuidade dos serviços públicos essenciais e da transparência na gestão destes recursos”.

Considerando-se a necessidade de se apurar as irregularidades mencionadas, faz-se necessária a atuação deste órgão a fim de que tais ilegalidades sejam sanadas.

Dessa forma, com fundamento no art. 2º, inc. III e § 2º, e no art. 3º, todos da Resolução MPC-MG n. 07, de 21 de novembro de 2013, e no art. 26 da Lei n. 8.625/93, **instaura-se o presente Procedimento Preparatório** para apuração das supostas irregularidades mencionadas.

O procedimento preparatório deverá ser inicialmente composto por esta Portaria e pelos documentos já constantes do PC 063.2017.

Após a adoção das medidas necessárias à instauração do procedimento preparatório e cumprimento das diligências já determinadas, os autos deverão retornar conclusos ao Gabinete desta Procuradora.

Publique-se no D.O.C.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2018.

Maria Cecília Borges
Procuradora do Ministério Público / TCE-MG